Processo nº 591/2008

(Autos de recurso penal)

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:

Relatório

1. Por sentença proferida nos autos de processo sumário nº CR1-08-0167, foi **A** (XXX), com os restantes sinais dos autos, condenado pela prática, como autor, de 1 crime de “violação da proibição de reentrada”, p. e p. pelo art. 21º da Lei, nº 6/2004, fixando-lhe o Tribunal a pena de 2 meses de prisão; (cfr., fls. 16 a 18-v).

*

Inconformado, o arguido recorreu.

Em sede da sua motivação de recurso, considera que lhe devia ser especialmente atenuada a pena e que a mesma devia ser uma pena não privativa da liberdade, por força do estatuído no art. 64º e 44º do C.P.M.; (cfr., fls. 24 a 28).

*

Em resposta, pugna o Exmº Representante do Ministério Público no sentido da rejeição do recurso; (cfr., fls. 37 a 42).

*

Neste T.S.I., e em sede vista, é também o Ilustre Procurador-Adjunto de opinião que se deve rejeitar o recurso, por ser o mesmo “manifestamente improcedente”; (cfr., fls. 63 a 65).

*

Cumpre decidir.

Fundamentação

Dos factos

2. Estão provados os factos seguintes:

“No dia 29 de Junho de 2008, pelas 4h30 da tarde, o guarda do Departamento de Informações do CPSP, ao proceder à investigação sobre a identidade do arguido A entregue ao CPSP a 1h00 de madrugada, descobriu que o mesmo tinha sido expulso de Macau no dia 12 de Janeiro de 2007 pela PSP, sendo inibido de entrar de novo em Macau durante 5 anos (desde 12 de Janeiro de 2007 até 12 de Janeiro de 2012).

Perguntado, o arguido reconheceu que assinara em 12 de Janeiro de 2007 a notificação de inibição de entrada emitida pela PSP, bem sabendo que não podia reentrar em Macau durante o prazo de 5 anos.

Porém, para vir a jogar em Macau, e programado por um indivíduo de nome desconhecido de cerca de 20 anos de idade, ele tomou um barco em Zhuhai e desembarcou às 3h00 da madrugada de 23 de

Junho de 2008 num sítio à beira-mar da Taipa, entrando assim ilegalmente em Macau.

Para isso, ele pagou a este indivíduo RMB ¥3.500 como retribuição.

O arguido bem sabia do teor e do prazo da notificação de inibição de entrada, mas continuou a violá-la, reentrando em Macau para jogar.

O arguido bem sabia que a sua conduta era proibida e punida por lei.

O arguido é desempregado no Interior da China, tendo a sua mãe a seu cargo.

Tem como a sua habitação literária o ensino secundário.

Segundo o registo criminal, o arguido não é primário.”; (cfr., fls. 17 a 18).

Do direito

3. Como se vê do que se deixou relatado, pretende o arguido recorrente uma atenuação especial da pena, pedindo também a aplicação de uma pena não privativa de liberdade.

Em sede de exame preliminar, e acolhendo-se o entendimento pelos Exm^{os} Representantes do Ministério Público assumido quanto ao presente recurso, consignou-se que era o mesmo de rejeitar, pois que se apresentava como “manifestamente improcedente”.

Mostrando-se de confirmar tal entendimento, sem demoras se passa a expôr dos seus motivos.

— Quanto à “atenuação especial”.

Tal matéria vem regulada no art. 66^o do C.P.M., onde se estatui que:

- “1. O tribunal atenua especialmente a pena, para além dos casos expressamente previstos na lei, quando existirem circunstâncias anteriores ou posteriores ao crime, ou contemporâneas dele, que diminuam por forma acentuada a ilicitude do facto, a culpa do agente ou a necessidade da pena.
2. Para efeitos do disposto no número anterior são consideradas, entre outras, as circunstâncias seguintes:
 - a) Ter o agente actuado sob influência de ameaça grave ou sob ascendente de pessoa de quem dependa ou a quem deva obediência;

- b) Ter sido a conduta do agente determinada por motivo honroso, por forte solicitação ou tentativa da própria vítima ou por provocação injusta ou ofensa imerecida;
 - c) Ter havido actos demonstrativos de arrependimento sincero do agente, nomeadamente a reparação, até onde lhe era possível, dos danos causados;
 - d) Ter decorrido muito tempo sobre a prática do crime, mantendo o agente boa conduta;
 - e) Ter o agente sido especialmente afectado pelas consequências do facto;
 - f) Ter o agente menos de 18 anos ao tempo do facto.
3. Só pode ser tomada em conta uma única vez a circunstância que, por si mesma ou em conjunto com outras, der lugar simultaneamente a uma atenuação especial da pena expressamente prevista na lei e à atenuação prevista neste artigo."

Perante o assim estatuído, e como sabido é, a acentuada diminuição da ilicitude, da culpa ou das exigências de prevenção, (“necessidade da pena”), constituem o pressuposto material da pretendida atenuação especial.

E, como repetidamente tem este T.S.I. afirmado, isso só acontece “quando a imagem global de facto, resulta da actuação da(s) circunstância(s) atenuante(s), se apresente com uma gravidade tão diminuída que possa razoavelmente supor-se que o legislador não pensou

em hipóteses tais como quando estatuí os limites normais da moldura cabia ao tipo de facto respectivo”; (cfr., Figueiredo Dias, in “Direito Penal – As consequências Jurídicas do Crime”, pág. 306).

No caso dos autos, e a favor do arguido, há a considerar, apenas, a sua confissão dos factos.

Todavia, surpreendido que foi em flagrante, há que reconhecer que tem essa circunstância um valor muito reduzido, até mesmo dado que não se mostra que haja sido acompanhada de arrependimento.

Nesta conformidade, motivos não há para se accionar o mecanismo do art. 66º do C.P.M., nada mais nos parecendo de acrescentar sobre a questão.

— Quanto à pretendida “pena não privativa da liberdade”.

O crime em causa é punido com pena de prisão até 1 ano, e, assim mal se percebe a invocação do art. 64º do C.P.M. que, como se sabe, regula a possibilidade de aplicação de uma pena de multa quando ao

crime corresponder a pena (alternativa) de prisão ou multa.

Não sendo o caso, há tão só que considerar o art. 44º do C.P.M..

Assim, vejamos.

Preceitua o mesmo que:

1. A pena de prisão aplicada em medida não superior a 6 meses é substituída por igual número de dias de multa ou por outra pena não privativa da liberdade aplicável, excepto se a execução da prisão for exigida pela necessidade de prevenir o cometimento de futuros crimes, sendo correspondentemente aplicável o disposto nos n.os 3 e 4 do artigo seguinte.
2. Se a multa não for paga, o condenado cumpre a pena de prisão aplicada, sendo correspondentemente aplicável o disposto no n.º 3 do artigo 47.º

E ponderando no assim estatuído, há também aqui que referir que nenhuma razão tem o arguido ora recorrente.

De facto, o mesmo revela uma personalidade mal formada, pois que para além de estar desempregado, e ter a mãe a seu cargo, e mesmo

assim vir clandestinamente a Macau para jogar, violando a ordem de proibição de reentrada, não é primário, tendo em Janeiro de 2007 sido condenado, em concurso, pela prática de 1 crime de “detenção indevida de utensilagem”, (art. 12º do D.L. nº 5/91/M), e 1 outro de “detenção de estupefacientes para consumo”, (art. 23º do mesmo D.L.), em pena de prisão suspensa na sua execução, “oportunidade” esta que, pelos vistos, não soube aproveitar, voltando agora a cometer novo crime no período da dita suspensão.

Face a isto, mostra-se pois de dizer que a pretendida pena não privativa de liberdade não satisfaz de forma adequada e suficiente “a necessidade de prevenir o cometimento de futuros crimes”, pelo que, também aqui, inviável é a pretensão apresentada.

Dest’arte, e censura não merecendo igualmente a pena fixada, visto está que é o presente recurso manifestamente improcedente, sendo, por isso, de rejeitar; (cfr., art. 407º, nº 3-c, 409º, nº 2, alínea a) e 410º, nº 1 do C.P.P.M.).

Decisão

4. Pelo exposto, em conferência, acordam rejeitar o recurso

Pagará o recorrente a taxa de justiça de 4UCs, e, pela rejeição, o equivalente a 3 UCs; (cfr., art. 410º, nº 4 do C.P.P.M.).

Macau, aos 20 de Novembro de 2008

José M. Dias Azedo

Chan Kuong Seng

Lai Kin Hong